



Serra Catarinense - “Debater a violência é o primeiro passo para o enfrentamento desse problema que não pode mais ser visto como algo isolado. Só este ano, já temos registrados 25 feminicídios em Santa Catarina”. A declaração é da Coordenadora Estadual de Direitos da Mulher Aretusa Larroyd, que participou nesta segunda-feira (20), da 4ª Roda de Conversa sobre a Política Nacional para as Mulheres.

O auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas de Lages – CDL ficou lotado, com profissionais da assistência social, psicólogos, judiciário e entidades com ações ligadas ao combate à violência. Ao menos 30 municípios mandaram representantes para debater medidas que auxiliem no fortalecer da política de direitos das mulheres.

Organizado pelo assistente social da Amures/Cisama, Lauro dos Santos em parceria com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Federação Catarinense de Municípios – Fecam e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o encontro teve como um dos grandes momentos a manifestação do juiz de Direito Alexandre Takashima.

Ele disse que o Conselho de Direitos da Mulher tem de ser eficiente e estratégico para ser mais autônomo em suas decisões e surtir o resultado esperado. “Não se faz assistência social sem dinheiro, mas o conselheiro tem de ter mais autonomia”, disse Takashima.

O juiz falou de experiências pessoais e provocou a plateia sobre o que cada um pode fazer para enfrentar a violência contra a mulher. “Não existe receita pronta. Precisamos articular as pessoas, as instituições. As pessoas são xingadas como se o feminino fosse algo negativo. Atribuir qualidades femininas ao homem é pejorativo e isso mostra que precisamos nos autoconhecer melhor”, provocou o magistrado.

Região vai priorizar Conselhos Municipais

O secretário executivo da Amures Walter Manfroi disse que não há como desenvolver ações de combate à violência contra a mulher, sem recursos financeiros. E observou que na região há poucos conselhos e a meta será atuar forte para que os municípios implantem os conselhos. Para a deputada Carmen Zanotto, o trabalho de proteção à mulher é silencioso e tem de ser redobrado. “Os recursos nesta área são investimentos e não despesas, porque não se trata de uma obra física. E os governos cortam recursos justamente nesta área”, comentou.

A Roda de Conversa sobre a Política Nacional para as Mulheres, tem o objetivo de incentivar a criação de Conselhos Municipais e combater à violência contra a mulher. O evento teve a participação também do delegado Renan Scandolara, da Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, a Mulher e ao Idoso – DPCAMI, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher Célia Fernandes, Secretária Municipal de Política para a Mulher de Lages Marli Naciff e da Assessora de Assistência Social da Fecam, Janice Merigo.